

Research brief 2019

ATITUDES SOCIAIS FACE À HOMOSSEXUALIDADE EM PORTUGAL E NO BRASIL NO VIRAR DO SÉCULO XXI

*Rita Gouveia
Liliane Moser*



ÍNDICE

2

Evolução temporal das atitudes sociais face à homossexualidade

4-6

O papel das características sociodemográficas

6

O papel das atitudes face aos modelos culturais de família

8-9

Um olhar sobre a atualidade

10-11

Concluído

Introdução

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido a mudanças cruciais na sociedade portuguesa e na sociedade brasileira no que respeita ao crescente reconhecimento público, político e legal dos direitos sociais de homens e mulheres homossexuais. Por um lado, testemunha-se alguns progressos relevantes na legitimação e visibilidade dos direitos sociais de homens e mulheres homossexuais, tais como a criminalização da homofobia e o acesso legal à conjugalidade e à parentalidade. Por outro, persistem fortes desigualdades sociais e formas de discriminação e exclusão social, que afetam grandemente as suas sociabilidades, práticas familiares, o seu bem-estar e o exercício pleno da sua cidadania.

No que toca à discussão e à introdução de medidas legais e políticas sociais promotoras de uma maior igualdade entre indivíduos com diferentes orientações e identidades sexuais, o percurso destes dois países tem-se pautado por diferentes estratégias, lógicas e ritmos (ver caixa 1). Por conseguinte, importa refletir em que medida tais políticas se traduzem em mudanças na forma de pensar a homossexualidade e os direitos sociais de homens e mulheres homossexuais em Portugal e no Brasil. De que forma tem vindo a mudar a perceção da população portuguesa e brasileira relativamente à homossexualidade ao longo dos últimos 30 anos? Quais os grupos sociais mais tolerantes e quais os grupos sociais mais resistentes?

Com base na análise de dados longitudinais provenientes do EVS – *European Values Study* (<https://europeanvaluesstudy.eu>) e do WVS – *World Values Survey* (<http://www.worldvaluessurvey.org>), o presente research brief dá a conhecer a evolução das atitudes sociais da população portuguesa e da população brasileira face à homossexualidade no virar do século XXI, apontando para as semelhanças e diferenças entre os dois países e para as linhas de continuidade e mudança ao longo do tempo (ver caixa 2). Analisaremos estes dados tendo em conta o impacto de factores sociodemográficos como o sexo, a idade, o nível de escolaridade e de religiosidade, mas também de factores culturais como as atitudes face à vida familiar. Finalmente, oferecemos um olhar mais atual sobre estas questões em Portugal e no Brasil, separadamente, com base em dados estatísticos não comparáveis, mas referentes ao mesmo ano de 2014.

É de salientar a dificuldade em aceder a dados oficiais sobre a população LGBTQIA+ (lésbica, gay, bissexual, transgénero, queer, intersexo, assexual e outros não heteronormativos) nos dois países, que nos permitam caracterizar as suas condições de vida nas diversas esferas sociais à excepção do casamento civil. Das escassas estatísticas oficiais referentes à população homossexual nos dois países, podemos verificar a evolução do número de casamentos civis anuais entre pessoas do mesmo sexo em Portugal e no Brasil. Observamos um crescimento nos dois países, sobretudo a partir de 2014. Curiosamente, em Portugal casam-se mais homens do que mulheres, enquanto no Brasil assistimos à tendência oposta, havendo mais casamentos entre mulheres. Em 2017, os casamentos entre pessoas do mesmo sexo correspondem a 1.55 % do total de casamentos em Portugal e 0.55% do total de casamentos no Brasil. Esta lacuna de dados oficiais prende-se, sobretudo, com a polémica questão da autoidentificação da orientação e/ou identidade sexual nos inquéritos populacionais e em estatísticas oficiais, como aquelas relativas aos processos de adopção (OECD, 2019). Por outro lado, são também escassos os estudos representativos da população em geral que se debruçam sobre as representações sociais da homossexualidade e as atitudes sociais face ao reconhecimento de direitos familiares de homens e mulheres homossexuais.

Por conseguinte, consideramos que os dados aqui analisados oferecem informação valiosa sobre estas questões e esperamos contribuir para um conhecimento mais aprofundado das atitudes sociais da população portuguesa e brasileira face à homossexualidade, bem como dos processos de diferenciação social que atuam sobre as mesmas.

Caixa 2 – Nota metodológica

Os inquéritos: O EVS e o WVS investigam as mudanças nos valores e nas atitudes face a várias dimensões sociais da vida, tal como o género, o capital social, a democracia, a religião, a igualdade de género, as relações intergrupais, entre outros. Os dois inquéritos são homólogos, no sentido em que contém um conjunto de perguntas e indicadores comuns, permitindo analisar comparativamente as atitudes e os valores sociais de indivíduos pertencentes a diferentes países e continentes. Os dois inquéritos foram aplicados em Portugal e no Brasil em anos que não são exatamente coincidentes, mas que representam os mesmos momentos temporais: início da década de 90, final da década de 90 e final da década de 2000. Em Portugal, o EVS foi aplicado em 1990, 1999 e 2008. No Brasil, o WVS foi aplicado em 1991, 1997 e 2006. Por conseguinte, apesar das vantagens comparativas, temos de ter em conta estas diferenças que constituem uma limitação do presente estudo.

CAIXA 1 – ALGUNS MARCOS LEGISLATIVOS

PORTUGAL		BRASIL
1980-1999	1982 - Revisão do código penal, descriminalizando a homossexualidade (Decreto-Lei n.º 400/82)	1989 – Vários estados federativos proibem a discriminação com base na orientação sexual nas suas Constituições Estaduais 1995 – É proposto à Câmara dos Deputados o primeiro Projeto de Lei – PL n.º 1151 relativo à união civil entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, após 24 anos este projecto de lei ainda não foi apreciado pelos deputados.
2000-2004	2001 – Reconhecimento legal do direito à união de facto e à economia comum por casais dos mesmo sexo (Lei n.º 7/2001) 2003 - A homossexualidade é protegida pela lei do código do trabalho (Lei n.º 99/ 2003) 2004- A orientação sexual é incluída no artigo 13º do princípio da igualdade na Constituição Portuguesa	2004 – Cria-se o Programa Brasil sem Homofobia, marco inicial no processo de regulação de direitos LGBT, pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação do Ministério da Saúde.
2005-2009	2007- É criada uma lei no código penal que protege os homossexuais da discriminação e ofensas à integridade física (Lei n.º 59/2007) 2007 – Estabelecida idade de consentimento igual entre pessoas do mesmo sexo e entre pessoas do sexo oposto (Lei n.º 59/2007) 2007 - Inclusão de relações entre pessoas do mesmo sexo na criminalização da violência doméstica (Lei n.º 59/2007) 2009 - Foi introduzido o tema da homossexualidade e da diversidade sexual na lei de aplicação da educação sexual nas escolas (Lei n.º 60/2009)	2006 – Sancionada Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher e prevê que as relações pessoais independem de orientação sexual. (Lei n.º 11.340/2006) 2008 – Realiza-se a I Conferência Nacional LGBT. Institui-se no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador. (Portaria Ministério Saúde n.º 1.707) 2009 – É lançado o Programa Nacional de Direitos Humanos-3, a partir do qual prevê-se ações a serem adotadas pelo Governo brasileiro para combater a discriminação segundo a orientação sexual, bem como ações de sensibilização da sociedade para a garantia do direito à liberdade e à igualdade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. (Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009) 2009 – É lançado o Iº Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT. São estabelecidas diretrizes para a formação de professores e materiais didático-pedagógicos para promover o reconhecimento da diversidade sexual e de gênero no contexto escolar, bem como para combater ao sexismo e a homofobia (Resolução/CD/FNDE n.º 16/04/ 2009). 2010 – O Superior Tribunal de Justiça – STJ conforme decisão judicial em 27 de abril de 2010 reconhece como legal a adoção por casais do mesmo sexo no Brasil.
2010-2014	2010 - Foi promulgada a lei que permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Lei n.º 9/2010) 2013 – Inclusão da identidade de gênero como motivação nos crimes de homicídios, ofensas à integridade física e discriminação e alargamento da questão da orientação sexual (até aí referente a gays, lésbicas e bissexuais) para todas as pessoas abrangidas pela sigla LGBT (Lei n.º 19/2013)	2011 – O Superior Tribunal Federal – STF equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo à de união estável (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132/RJ). 2013 – A conversão da união estável em casamento e a celebração de casamento direto foram reconhecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ através da Resolução N.º 175.
2015-2019	2016 - Foi promulgada a lei que permite a adopção de crianças por casais do mesmo sexo casados civilmente ou em união de facto (Lei n.º 2/2016) 2017 – Alteração da Lei n.º 32/2006, permitindo um acesso inclusivo à procriação medicamente assistida (PMA), independentemente do diagnóstico de infertilidade, estado civil ou orientação sexual (Lei n.º 58/2017)	2019 – O Superior Tribunal Federal – STF considera que a homofobia é crime, equiparando as penas por ofensas a homossexuais e a transexuais às previstas na lei contra o racismo. 2019 – É aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal o Projeto de Lei PL 672/2019, que prevê incluir na Lei de Racismo a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

Os indicadores estatísticos: Neste *research brief* utilizamos dois indicadores atitudinais: uma medida de aceitação social da homossexualidade e uma medida de distância social a indivíduos homossexuais. Estes dois indicadores têm sido utilizados sistematicamente em vários inquéritos internacionais, permitindo assim comparar as atitudes sociais face à homossexualidade em vários países e continentes.

Aceitação social da homossexualidade (justificabilidade da homossexualidade): Este indicador capta em que medida a homossexualidade é considerada “justificável” pelo inquirido. Os inquiridos devem responder à seguinte pergunta: *Diga-me em que medida acha que a homossexualidade é justificável, utilizando uma escala que vai de 1-nunca se justifica a 10-justifica-se sempre*. O indicador varia entre 1 a 10, pelo que quanto maior o valor, maior o nível de aceitação social da homossexualidade.

Distância social a indivíduos homossexuais (homossexuais como vizinhos): Este indicador avalia em que medida os inquiridos se sentiam confortáveis com a presença de indivíduos homossexuais como vizinhos. Os inquiridos são confrontados com uma lista de grupos sociais (e.g., ciganos, toxicodependentes, imigrantes) e têm de indicar quais os grupos sociais que não desejavam ter como vizinhos. Este indicador é dicotómico: “mencionou não querer ter homossexuais como vizinhos” e “não mencionou não querer ter homossexuais como vizinhos”. Na presente análise, focamo-nos na percentagem de inquiridos que mencionou “não querer ter homossexuais como vizinhos”.

1. Evolução temporal das atitudes sociais face à homossexualidade

Começamos por comparar os níveis de aceitação social da homossexualidade e a perceção da distância social a indivíduos homossexuais nos dois países, no início dos anos 90, no final dos anos 90 e no final dos anos 2000.

Um primeiro aspeto que deve ser salientado prende-se com o facto de as respostas dos inquiridos relativamente à aceitação social da homossexualidade, tanto em Portugal como no Brasil, se situarem abaixo do ponto médio da escala (5) em todos os momentos considerados, inclusivamente no final da década de 2000. Estudos comparativos baseados nos mesmos dados do EVS 2008 indicam que, no contexto Europeu, Portugal se situa num nível médio baixo de aceitação da homossexualidade. É nos países do norte da Europa, tais como a Suécia, a Finlândia, a Noruega, a Dinamarca e os Países Baixos, onde encontramos níveis mais elevados de aceitação (Takács & Szalma, 2013).

Não obstante, se considerarmos a evolução da aceitação social da homossexualidade entre o início dos anos 90 e o final da década de 2000, verificamos uma tendência positiva de crescente acolhimento público da homossexualidade nos dois países. Se no início dos anos 90, os valores médios se situavam em redor dos 2.50 (2.18 em Portugal e 2.43 no Brasil), no final da década de 90, esses valores subiram em mais do que 1 ponto médio. Contudo, enquanto no Brasil essa aceitação seguiu uma trajetória ascendente linear entre os três momentos em análise; em Portugal, apesar de a tendência ser também positiva, ela ocorreu a dois ritmos. Entre o início e o final da década de 90, o crescimento foi muito pronunciado, chegando mesmo a atingir níveis de aceitação mais elevados do que no Brasil. Já o salto entre o final da década de 1990 e o final da década de 2000 foi mais subtil.

Acreditamos que face às medidas legislativas introduzidas a partir de 2010 na sociedade portuguesa, esta evolução positiva da aceitação da homossexualidade tenha sido reforçada ao longo da última década. Teremos oportunidade de avaliar a direção e a intensidade dessa evolução entre 2008 e 2019 em Portugal, através dos dados provenientes da próxima edição do EVS, cuja recolha acontecerá no final deste ano. Dados da ronda de 2014 do WVS no Brasil revelam que a aceitação social da homossexualidade neste país continuou a aumentar, representando uma média de 4.58 (ver secção sobre a atualidade).

Figura 1. Nível médio de aceitação social da homossexualidade ao longo do tempo (escala de 1-nunca se justifica a 10- justifica-se sempre) - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000

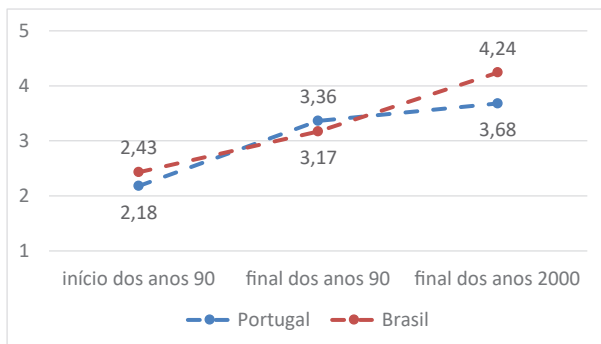
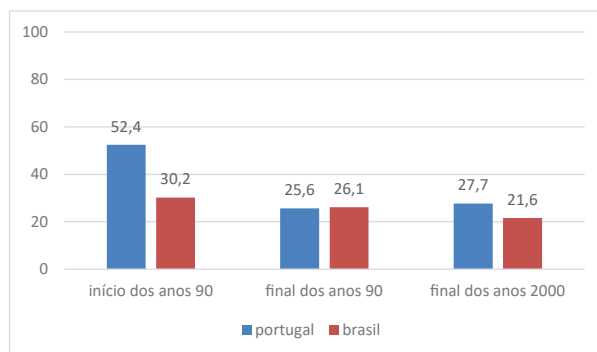


Figura 2. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000



No que toca à perceção da distância social a “homossexuais”, verificamos que houve uma redução da percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter indivíduos homossexuais como vizinhos ao longo do tempo. Se em Portugal, no início dos anos 90, praticamente metade da população portuguesa reportava não desejar ter indivíduos homossexuais como vizinhos, esta percentagem reduziu para metade no final dos anos 90, mantendo a mesma percentagem no final dos anos 2000. No Brasil, também se assistiu a uma queda na percentagem de indivíduos desfavoráveis à presença de pessoas homossexuais como vizinhos, porém de forma mais subtil. Note-se que apesar de a descida ser mais discreta, a representatividade de indivíduos que manifestavam não desejar ter homossexuais como vizinhos foi sempre inferior neste país. Enquanto no início dos anos 90, 30% da população brasileira (em contraste com 52% da população portuguesa) manifestava não querer homossexuais como vizinhos, no final dos anos 90 e dos anos 2000, apenas 26% e 22% dos inquiridos assumiam essa posição, respetivamente.

2. O papel das características sociodemográficas

Nesta secção, analisamos a variação dos indicadores de aceitação social da homossexualidade e de perceção da distância social a indivíduos homossexuais segundo o sexo, a idade, a religiosidade e a escolaridade.

2.1 Sexo

Tanto em Portugal, como no Brasil, homens e mulheres diferem no nível de aceitação social da homossexualidade e essas diferenças têm-se expressado segundo o mesmo padrão ao longo do tempo. Os dados revelam que as mulheres apresentam níveis médios de aceitação da homossexualidade mais elevados do que os homens em todos os anos considerados. No entanto, essa clivagem de género é maior no Brasil do que em Portugal. Por exemplo, no final dos anos 2000, os níveis de aceitação médio entre homens e mulheres em Portugal convergem significativamente (Mmulheres=3.85 e Mhomens=3.41). **Figura 3. Nível médio de aceitação social da homossexualidade, por sexo ao longo do tempo (escala de 1-nunca se justifica a 10- sempre se justifica) - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000**

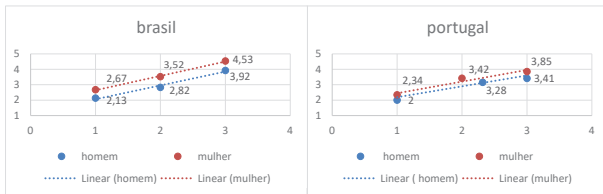
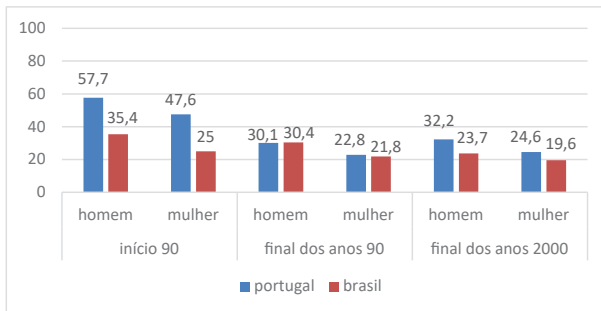


Figura 4. Porcentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos, por sexo - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000

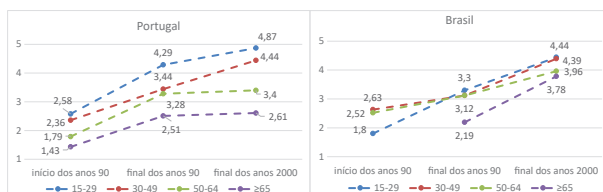


Também relativamente à percepção da distância social face a indivíduos homossexuais, a percentagem de homens e mulheres que reporta preferir não ter indivíduos homossexuais como vizinhos é significativamente diferente. Em Portugal, no início dos anos 90, mais homens do que mulheres (58% face a 48%) rejeitavam a ideia de ter “homossexuais” como vizinhos. No final dos anos 90 e dos anos 2000, apesar de a queda geral na percentagem de homens e mulheres manifestando este desconforto, a clivagem de género persiste. Também no Brasil tem-se testemunhado a mesma tendência de género. À semelhança do padrão assistido na sociedade portuguesa, a percentagem de mulheres reportando não querer ter homossexuais como vizinhos é sempre inferior à dos homens, em todos os anos considerados.

2.2. Idade

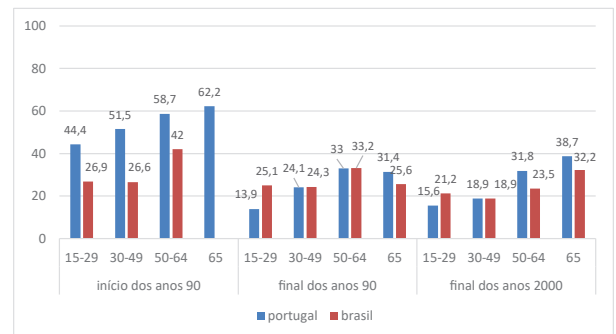
A idade também se revelou como um fator diferenciador nas atitudes sociais face à homossexualidade. Ao analisarmos o nível médio de aceitação social da homossexualidade segundo os escalões etários nos três momentos, verificamos que nos dois países o padrão atitudinal é globalmente semelhante. Os inquiridos pertencentes a escalões etários mais jovens apresentam níveis médios de aceitação da homossexualidade mais elevados do que os inquiridos pertencentes a escalões etários mais velhos. No entanto, importa destacar algumas diferenças relevantes. Se em Portugal existe uma clara diferenciação atitudinal segundo a pertença geracional em todas as décadas consideradas, já no Brasil o fosso geracional tem vindo a diminuir ao longo do tempo.

Figura 5. Nível médio de aceitação social da homossexualidade, por escalão etário ao longo do tempo (escala de 1-nunca se justifica a 10- sempre se justifica) - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000.



Também a distribuição do indicador de distância social a indivíduos homossexuais mostra que é entre os inquiridos pertencentes aos escalões etários mais velhos, sobretudo, aqueles que têm mais de 65 anos de idade, que encontramos percentagens mais elevadas de inquiridos que mencionam preferir não ter homossexuais como vizinhos. Consistente com a tendência encontrada no indicador de aceitação social, as clivagens etárias na percepção de distância social a pessoas homossexuais em Portugal são visivelmente marcadas, ao contrário do Brasil, onde há uma maior convergência das percentagens.

Figura 6. Porcentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos, por escalão etário - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000

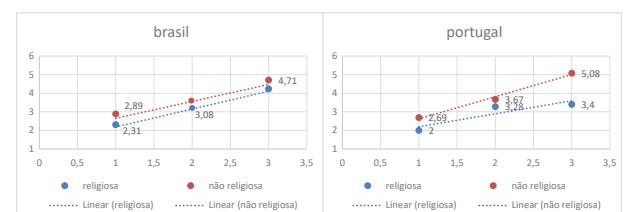


No final da década de 2000, em Portugal, 39% dos inquiridos com mais de 65 anos e 32% dos inquiridos com idades compreendidas entre os 50 e os 64 anos rejeitavam a ideia de ter homossexuais como vizinhos face a 16% e 19% entre os inquiridos com idades compreendidas entre 15 e 29 e 30 e 49 anos, respetivamente. Já no Brasil, no final dos anos 2000, apenas a geração mais velha se destaca com 32% de indivíduos dessa geração a reportar não querer homossexuais como vizinhos. Entre os outros escalões etários, a percentagem de indivíduos a rejeitar a ideia de ter homossexuais como vizinhos é muito semelhante (15-29 anos=21%, 30-49 anos= 19%, 50-64 anos=23%).

2.3. Religiosidade

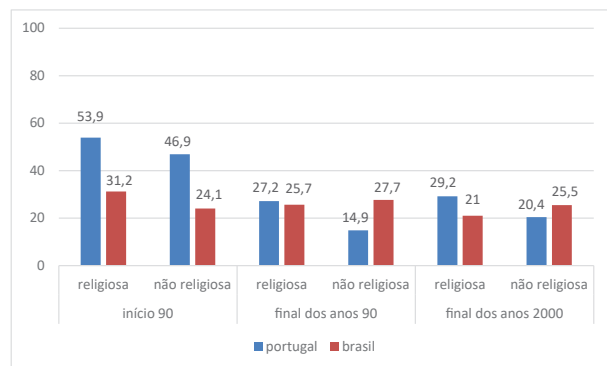
A sociedade portuguesa e a sociedade brasileira distinguem-se fortemente no que respeita aos seus backgrounds religiosos, quer ao nível das confissões, que ao nível das práticas. De forma a atenuar essas diferenças históricas e culturais, baseámo-nos numa variável mais subjetiva do nível de religiosidade. Os inquiridos foram questionados em que medida se consideravam pessoas religiosas e as suas respostas foram codificadas em duas categorias: “considero-me uma pessoa religiosa” e “não me considero uma pessoa religiosa”. No final da década de 2000, a percentagem de inquiridos que se autoconsideravam como pessoas religiosas era muito semelhante nos dois países, representando 83% em Portugal e 88% no Brasil.

Figura 7. Nível médio de aceitação social da homossexualidade, por religião (escala de 1-nunca se justifica a 10- sempre se justifica) - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000



Globalmente, a evolução da aceitação social da homossexualidade em função da religiosidade nos dois países é a mesma, no sentido em que os inquiridos que se consideram pessoas religiosas apresentam níveis médios de aceitação da homossexualidade inferiores aos dos inquiridos que não se consideram pessoas religiosas. Contudo, à semelhança do que verificámos para os efeitos da idade na variação deste indicador, a clivagem entre as pessoas religiosas e não religiosas é muito mais vincada em Portugal do que no Brasil, especialmente no final dos anos 2000. Se no início e no final da década de 90, os portugueses que se consideravam como pessoas religiosas e aqueles que não se consideravam como pessoas religiosas diferiam de forma menos contrastada. Em 2008, os inquiridos autoconsiderados como religiosos apresentavam níveis médios de aceitação da homossexualidade muito inferiores aos inquiridos autoconsiderados como não religiosos (M=3.40 face a M=5.08). Já no Brasil, no final da década de 2000, os inquiridos que se consideravam como pessoas religiosas apresentaram níveis médios de aceitação social mais próximos (4.24 face a um nível médio de 4.71).

Figura 8. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos, por nível de religiosidade - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000



As diferenças na percentagem de inquiridos que reportam atitudes mais homofóbicas entre o grupo de pessoas religiosas e não religiosas são mais discretas. No Brasil, a percentagem de inquiridos, religiosos ou não, que reportaram preferir não ter homossexuais como vizinhos foi sempre muito constante ao longo do tempo. No final da década de 2000, entre os inquiridos brasileiros autoconsiderados como religiosos, 21% rejeitava a ideia de ter homossexuais como vizinhos face a 26% entre os inquiridos não religiosos. Em Portugal, no mesmo período, também as percentagens são muito semelhantes: 29% dos inquiridos considerados como religiosos reportam não querer homossexuais como vizinhos contra 21% dos inquiridos com a mesma opinião entre o grupo de não religiosos.

2.4. Escolaridade

A escolaridade, enquanto indicador de capitais culturais e de diferenciação social dos indivíduos, é também um fator chave na evolução atitudinal face à homossexualidade.

Globalmente, o padrão de aceitação da homossexualidade segundo o nível de escolaridade é o mesmo nos dois países. Os inquiridos com um nível de escolaridade superior apresentam um nível de aceitação social da homossexualidade mais elevado (acima do nível 5 nos dois países no final dos anos 2000), seguidos dos inquiridos com níveis intermédios e baixos de escolaridade. Se no Brasil, o contraste é sobretudo em relação aos inquiridos com um nível de escolaridade superior (Malto=5.47 em

relação a Mmédio=4.45 e Mbaixo=3.91 em 2006); em Portugal, é o grupo de inquiridos com níveis de escolaridade mais baixos que se destacam por apresentar níveis de aceitação significativamente inferiores aos dos outros grupos (Mbaixo =3.26 em relação a Mmédio=4.71 e Malto=5.49 em 2008).

Figura 9. Nível médio de aceitação social da homossexualidade, por nível de escolaridade ao longo do tempo (escala de 1-nunca se justifica a 10- sempre se justifica) - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000

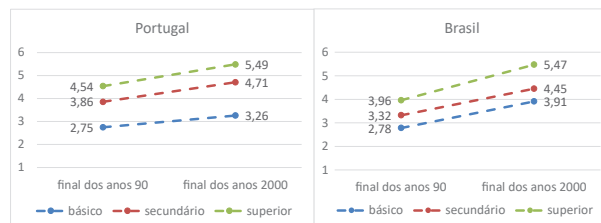
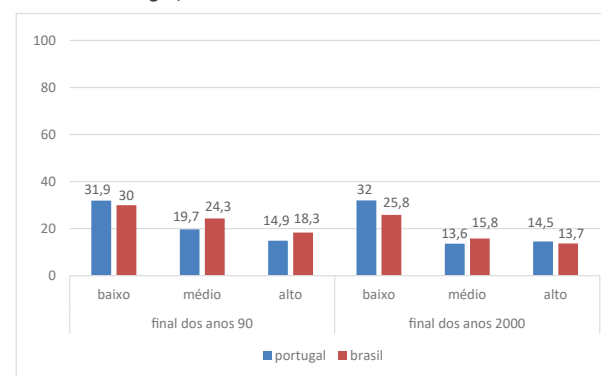


Figura 10. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos, por nível de escolaridade - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000



O mesmo acontece com a perceção da distância social. Nos dois países, é no grupo de indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos que encontramos uma sobrerrepresentação de inquiridos que reportam não querer ter homossexuais como vizinhos. No Brasil, houve uma queda subtil nas percentagens de inquiridos com atitudes homofóbicas em função da escolaridade. Se no final dos anos 90, observamos que 30% de inquiridos dentro do grupo com níveis de escolaridade mais baixos rejeitava a ideia de ter “homossexuais” como vizinhos, no final dos anos 90, essa percentagem reduziu para 26%. A queda é, ainda assim, um pouco mais acentuada no grupo de inquiridos com níveis de escolaridade intermédios e superiores. Em Portugal, a distribuição por nível de escolaridade no final dos anos 90 e no final dos anos 2000 é muito semelhante, com 32% dos indivíduos com níveis de escolaridade mais baixos a reportar não querer ter homossexuais como vizinhos nos dois períodos.

3. O papel das atitudes face aos modelos culturais de família

As atitudes sociais face à homossexualidade estão fortemente associadas às representações que os indivíduos detêm em relação ao ideal de família e à diversidade de modelos familiares. O papel dos modelos culturais de família são sobretudo influentes nas atitudes face ao reconhecimento dos direitos legais, de homens e mulheres homossexuais, à conjugalidade e à parentalidade. Por conseguinte, analisámos de que modo os indicadores de aceitação social da homossexualidade e de perceção

da distância social a indivíduos homossexuais variam de acordo com as atitudes dos inquiridos face ao modelo monoparental feminino (uma mulher poder ter filhos sem estar em conjugalidade), ao ideal bi-parental heterossexual de família (a condição de ter um pai e uma mãe como garantia de felicidade de uma criança) e face à desinstitucionalização da conjugalidade (considerar o casamento como uma instituição ultrapassada).

3.1. Modelo monoparental feminino de família: *Uma mulher pode ter filhos sem ter uma relação com um homem*

Nos dois países, verificamos que os indivíduos que apoiam um modelo de família monoparental no feminino apresentam níveis de aceitação da homossexualidade mais elevados. Pelo contrário, aqueles que desaprovam a ideia de que uma mulher pode ter filhos sem estar numa relação com um homem, são aqueles que apresentam níveis de aceitação da homossexualidade mais baixos. Com uma posição média, encontramos os indecisos.

Se, em Portugal, os indivíduos com posições diferentes face ao modelo monoparental feminino contrastam de forma consistente ao longo dos três momentos considerados; já no Brasil, no final dos anos 90, os inquiridos indecisos e aqueles que desaprovavam o modelo monoparental feminino convergiam nas suas atitudes face à homossexualidade, destacando-se dos inquiridos favoráveis (Mfavoráveis=4.90).

Figura 11. Nível médio de aceitação social da homossexualidade, por nível de concordância com o modelo monoparental feminino ao longo do tempo (escala de 1-nunca se justifica a 10- sempre se justifica) - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000

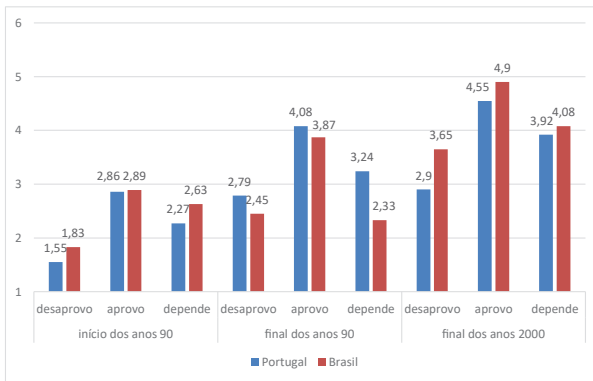
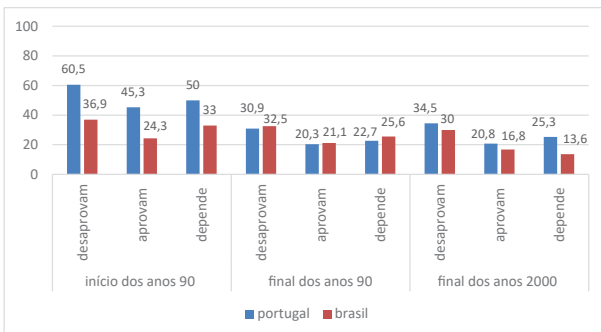


Figura 12. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos, por nível de concordância com o modelo monoparental feminino - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000



Encontramos a mesma tendência geral na variação do indicador de distância social percebida a indivíduos homossexuais. Em todos os momentos, quer em Portugal, como no Brasil, é no grupo de inquiridos que desaprovam o modelo monoparental feminino que encontramos as percentagens mais elevadas de rejeição da ideia de ter indivíduos homossexuais como vizinhos (34.5% em Portugal e 30% no Brasil no final dos anos 2000). É de salientar que em Portugal ocorreu uma redução brutal da distância social a “homossexuais” no grupo de inquiridos que desaprovavam o modelo monoparental feminino, representando 61% no início dos anos 90 e apenas 35% no final da década de 2000.

3.2. Modelo bi-parental heterossexual: *uma criança precisa de um pai e de uma mãe para ser feliz*

Em ambas as populações, os inquiridos que apoiam um modelo bi-parental heterossexual como o modelo ideal de bem-estar das crianças são aqueles que apresentam níveis médios de aceitação da homossexualidade mais baixos. Pelo contrário, aqueles que discordam com a assunção de que uma criança precisa de uma mãe e de um pai para ser feliz, são aqueles que apresentam níveis de aceitação da homossexualidade mais elevados. Apesar de a tendência ser muito semelhante nos dois países, em Portugal, no final da década de 90, os dados revelavam uma aproximação, no nível de aceitação da homossexualidade, entre indivíduos que valorizam de forma oposta o modelo bi-parental. No entanto, no final da década de 2000, as atitudes voltam a divergir marcadamente. Já no Brasil, a clivagem entre defensores e não defensores de um modelo bi-parental foi sempre muito marcada.

Figura 13. Nível médio de aceitação social da homossexualidade, por nível de concordância com o modelo bi-parental ao longo do tempo (escala de 1-nunca se justifica a 10- sempre se justifica) - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000

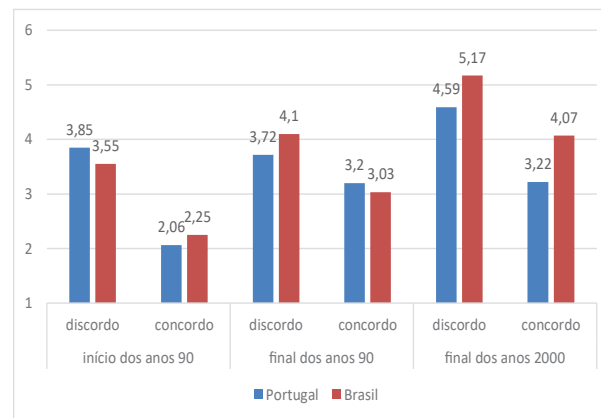
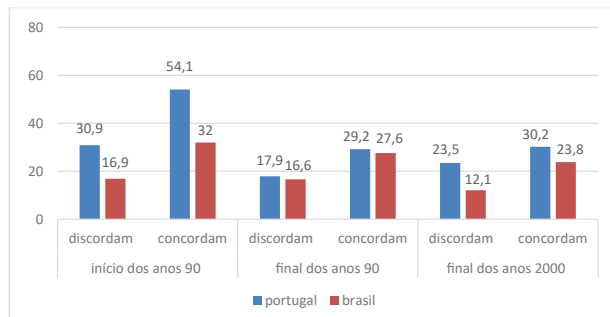


Figura 14. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos, por nível de concordância com o modelo bi-parental - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000



No que respeita à distância social percebida a indivíduos homossexuais, em todos os momentos e quer em Portugal quer no Brasil, é dentro do grupo de inquiridos que apoiavam o modelo bi-parental heterossexual que encontramos as percentagens mais elevadas daqueles que manifestaram não querer ter homossexuais como vizinhos. Em Portugal, houve uma redução muito significativa de inquiridos que rejeitam a presença de homossexuais como vizinhos no grupo de apoiantes do modelo bi-parental de família ao longo do tempo, com uma percentagem de 54% no início dos anos 90 face a 31% no final dos anos 2000.

3.3. Desinstitucionalização da conjugalidade: O casamento é uma instituição ultrapassada

Nos dois países, verificamos que os indivíduos que concordam com a ideia de que o casamento é uma instituição ultrapassada são aqueles que apresentam níveis médios de aceitação da homossexualidade mais elevados. É também entre os inquiridos com visões mais desinstitucionalizadas da conjugalidade que encontramos percentagens mais elevadas de inquiridos que revelam uma atitude favorável à presença de indivíduos homossexuais como vizinhos. No que toca a evolução temporal, verificamos que no Brasil este padrão mantém-se em todos os momentos considerados, sendo que no final da década de 2000 há uma convergência entre inquiridos com visões mais desinstitucionalizadas e mais normativas da conjugalidade. Já em Portugal, a trajetória foi mais sinuosa. No início dos anos 90, quer os inquiridos com visões mais desinstitucionalizadas, quer os mais tradicionais apresentavam níveis baixos de aceitação social da homossexualidade. Surpreendentemente, no final dos anos 90, os inquiridos que consideravam o casamento uma instituição ultrapassada eram aqueles que apresentavam níveis mais baixos de aceitação da homossexualidade. Finalmente, nos anos 2000, esta tendência reverte-se e os inquiridos com visões mais desinstitucionalizadas da conjugalidade reportam níveis mais elevados de aceitação da homossexualidade do que os que discordam com a crença de que o casamento é uma instituição ultrapassada, destacando-se com um nível médio de 4.42 face a 3.43.

Figura 15. Nível médio de aceitação social da homossexualidade, por nível de concordância com a desinstitucionalização do casamento ao longo do tempo (escala de 1-nunca se justifica a 10-sempre se justifica) - - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000

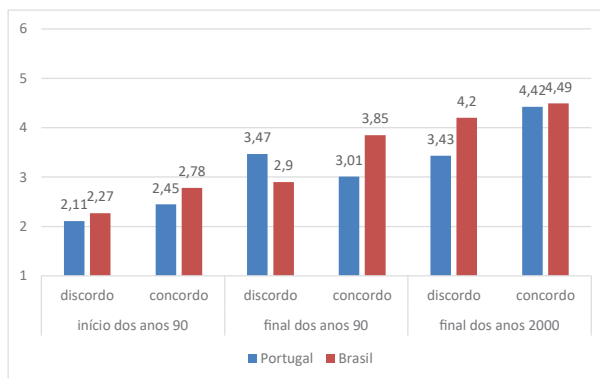
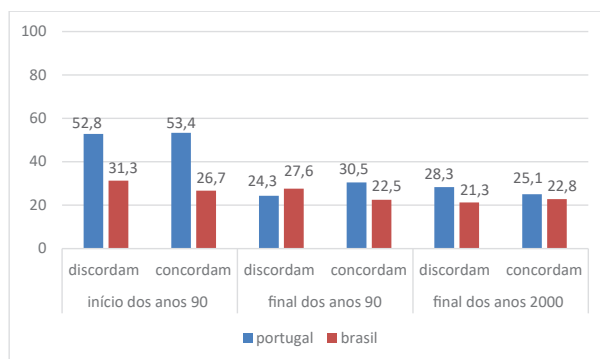


Figura 16. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos por nível de concordância com a desinstitucionalização do casamento - Brasil e Portugal, início e final dos anos 90 e final dos anos 2000.



4. Um olhar sobre a atualidade

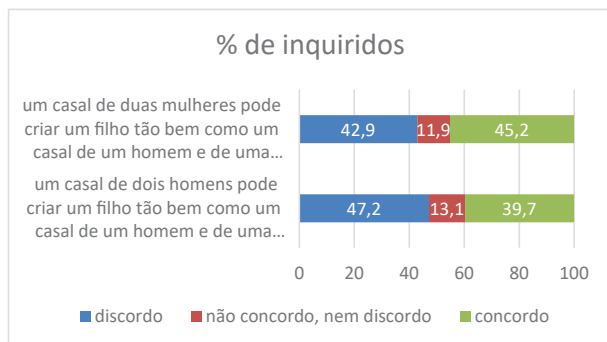
Nas secções anteriores analisámos a evolução da aceitação social da homossexualidade e da percepção de distância social a indivíduos homossexuais em Portugal e no Brasil no virar do século XXI, incidindo em três momentos (início dos anos 90, final dos anos 90 e final dos anos 2000) e apontando as variações segundo determinados factores sociodemográficos e modelos culturais de família. Nesta secção, oferecemos um olhar sobre as atitudes sociais face à homossexualidade e ao reconhecimento legal dos direitos familiares de casais do mesmo sexo em 2014 nos dois países. Contudo, relembramos que não temos dados comparáveis para os dois países, pelo que os indicadores atitudinais são diferentes e as análises referentes a cada contexto nacional serão apresentados separadamente.

4.1. Portugal em 2014

No ano de 2014, no âmbito do módulo especial do *International Social Survey Programme* (ISSP 2012) “Famílias e Papéis de Género em Mudança”, realizou-se um inquérito à população portuguesa acerca das suas atitudes face a vários tópicos da vida familiar e aos papéis de género. Para além destes tópicos, foi também auscultada a opinião da população portuguesa acerca das medidas e alterações legislativas discutidas e/ou aprovadas em Portugal ao longo dos últimos anos (ver Ramos, Atalaia e Cunha, 2016). Este inquérito permitiu, assim, conhecer as atitudes dos portugueses face ao reconhecimento das competências parentais de casais do mesmo sexo, bem como a opinião dos portugueses acerca do reconhecimento legal dos direitos ao casamento civil e à adoção por parte dos mesmos (Lei nº9/2010, de 31 de maio, e Lei nº2/2016, de 29 de fevereiro, respetivamente).

Relembramos que este inquérito é anterior à legalização da adoção por casais do mesmo sexo na sociedade portuguesa (Lei nº12/2016, de 29 de fevereiro).

Figura 17 – Percentagem de inquiridos que “discordam”, “não concordam, nem discordam” e que “concordam” com cada uma das afirmações – Portugal, 2014



4.1.1. Atitudes face ao reconhecimento das competências parentais de casais do mesmo sexo

Em matéria do reconhecimento das competências parentais de casais homossexuais femininos e masculinos verificamos que os portugueses estão divididos. Se, por um lado, 45% dos inquiridos concordam que um casal homossexual de duas mulheres tem as mesmas competências parentais que um casal heterossexual, 43% dos inquiridos discorda desta afirmação. Esta divisão de opiniões acontece, também, no reconhecimento das competências parentais de casais compostos por dois homens por comparação a um casal heterossexual, com 39% dos inquiridos a favor e 47% com uma opinião desfavorável.

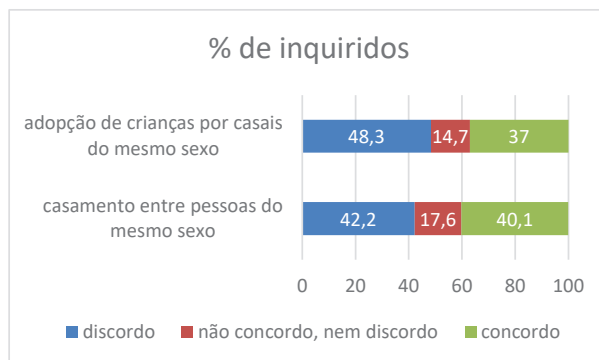
Acresce referir que uma análise mais aprofundada destes dados revelou que a variação de percentagens face ao reconhecimento das competências de casais homossexuais em função de estes serem compostos por duas mulheres ou por dois homens não é aleatória. Análises intra-individuais revelam que um mesmo inquirido é mais favorável ao reconhecimento das competências parentais de casais compostos por duas mulheres do que de casais compostos por dois homens. Entre outros factores, esta diferença é explicada por visões mais tradicionais em relação aos papéis de género e à parentalidade, assente em modelos essencialistas que atribuem às mulheres a função inata de cuidadoras privilegiadas em comparação com os homens, a quem é atribuído um papel secundário nos cuidados às crianças. Estas atitudes variam em função do sexo e da idade, com os inquiridos mais velhos e do sexo masculino a revelarem-se mais desfavoráveis ao reconhecimento das competências parentais de casais do mesmo sexo, sobretudo, aqueles compostos por dois homens.

4.1.2. Opinião face ao reconhecimento legal dos direitos ao casamento e à adoção por casais do mesmo sexo

Tal como no reconhecimento das competências parentais de casais homossexuais masculinos e femininos, também aqui verificamos que os inquiridos se revelam divididos em relação ao reconhecimento legal do casamento e da adoção por casais do mesmo sexo. A distribuição da amostra nos dois indicadores é muito semelhante, porém, a resistência ao direito à adoção parece maior do que a resistência ao direito ao casamento. A legalização do casamento por pessoas do mesmo sexo, apesar de introduzida em 2010, suscita ainda alguma resistência na sociedade portuguesa, com 42% dos inquiridos ainda desfavoráveis a

esta medida 4 anos depois. O reconhecimento legal da adoção parece dividir ao meio a população portuguesa. Dois anos antes da aprovação desta medida, 48% dos inquiridos reportavam discordar com a adoção de crianças por casais do mesmo sexo e a outra metade da amostra dividia-se entre 15% de inquiridos que não tinham uma posição definida em relação a esta matéria e 37% de inquiridos que concordavam com esta medida. A este nível, as clivagens de género e de idade revelaram-se vinçadas, observando-se maior resistência junto dos inquiridos do sexo masculino e mais velhos, em particular no que concerne a adoção.

Figura 18 – Percentagem de inquiridos que “discordam”, “não concordam, nem discordam” e “concordam” com cada uma das afirmações – Portugal, 2014

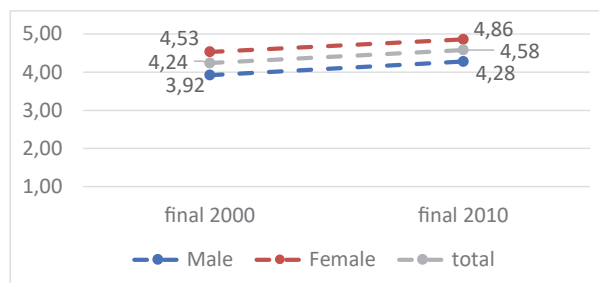


4.2. Brasil em 2014

No Brasil, decorreu uma quarta ronda do WVS em 2014, pelo que temos acesso aos mesmos indicadores de aceitação social e de percepção de distância social a indivíduos homossexuais analisados nas secções anteriores. Pelo contrário, não temos acesso a indicadores que avaliem o reconhecimento dos direitos parentais e conjugais de casais do mesmo sexo tal como fizemos para Portugal.

Em relação à aceitação social da homossexualidade entre 2006 e 2014, verificamos uma evolução positiva de maior acolhimento social. No entanto, o ritmo de tal tendência desacelerou. Se entre o final dos anos 90 e o final dos anos 2000, o nível de aceitação aumentava de 3.17 para 4.24, entre 2006 e 2014, apenas aumentou em 0.34. Tal como o padrão encontrado entre o início dos anos 90 e o final dos anos 2000, em 2014 persiste uma clivagem de género. As mulheres apresentam um nível médio de aceitação social da homossexualidade superior ao dos homens ($M=4.86$ face a $H=4.28$).

Figura 19.



Relativamente à percepção de distância social a indivíduos homossexuais em 2014, verificamos que apenas 11% da amostra rejeita a presença de homossexuais como vizinhos. Também aqui assistimos a uma diferença de género, com apenas 7% das mulheres a mencionarem não querer ter “homossexuais” como vizinhos face a uma percentagem duas vezes maior entre os homens.

Figura 20. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos, total e por sexo – Brasil, 2014

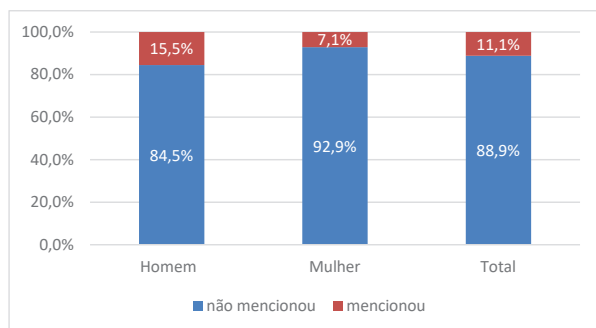
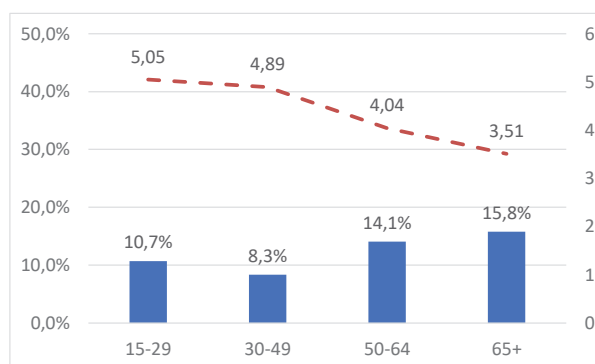


Figura 21. Percentagem de inquiridos que mencionaram não querer ter homossexuais como vizinhos e nível médio de aceitação social da homossexualidade por escalão etário - Brasil, 2014



Em relação à aceitação social, verificamos que os inquiridos pertencentes aos escalões etários mais jovens são aqueles que apresentam um nível de aceitação social da homossexualidade mais elevado (M+H15-29=5.05 e M+H30-49=4.89), contrastando com os inquiridos pertencentes às gerações mais velhas (M+H50-64=4.04 e M+H65=3.51). Relativamente à percepção de distância social, é nos escalões etários mais velhos que encontramos a maior percentagem de inquiridos que mencionam não querer ter indivíduos homossexuais como vizinhos, representando 14% e 16% no grupo daqueles com idades compreendidas entre 50 aos 64 e com mais de 65 anos de idade.

Conclusões

A análise comparativa dos dados provenientes do EVS e do WVS permitiu conhecer a evolução das atitudes sociais face à homossexualidade no Brasil e em Portugal no virar do século XXI. Constatámos que, em ambos os países, esta evolução foi positiva no sentido de uma crescente aceitação pública da homossexualidade, bem como uma diminuição na distância social percebida a indivíduos homossexuais. No entanto, o Brasil apresentou sempre níveis médios de aceitação social da homossexualidade ligeiramente superiores aos de Portugal, bem como uma menor percentagem de indivíduos que manifestavam desconforto com a presença de pessoas homossexuais no seu ambiente próximo. Apesar da tendência positiva entre o início dos anos 90 e o final dos anos 2000, em termos comparativos com outros países da Europa, Portugal e o Brasil situam-se abaixo do nível médio de aceitação social da homossexualidade. Importa notar que, face às recentes mudanças legislativas nesta matéria, por um lado, e face às mudanças político-ideológicas, por outro na sociedade brasileira, urge avaliar o impacto destas linhas de força de sinal contrário na evolução de tais tendências na esfera pública. O Brasil está entre os países em que ocorre o maior número de homicídios de LGBTQIA+. De acordo com Relatório do Grupo Gay da Bahia, estima-se um aumento de 30% nos homicídios em 2017 em relação ao ano anterior. Também o Atlas da Violência 2019 do IPEA, com base no Disque 100, contabilizou 193 homicídios em 2017 contra pessoas LGBTQIA+, o que evidencia que o

problema tem se agravado nos últimos anos, apesar da invisibilidade destes acontecimentos sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas no Brasil. Em Portugal, não há dados oficiais sobre os crimes praticados contra as pessoas LGBTQIA+. No entanto, segundo os dados da ILGA Portugal, referentes a 2018, o Observatório da Discriminação contra as Pessoas LGBTQ+ registou 59 denúncias de crimes de ódio contra pessoas LGBTI e 74 casos de incidentes discriminatórios, tais como de discursos de ódio.

Se por um lado, Portugal e Brasil se assemelham em termos do grau de aceitação social da homossexualidade e de manifestação de distância social a indivíduos homossexuais; por outro lado, a trajetória temporal e a diferenciação social segundo factores sociodemográficos e culturais revelam algumas especificidades.

Em Portugal, testemunhou-se uma evolução positiva muito expressiva entre o início e o final dos anos 90, seguindo-se um salto mais subtil entre o final dos anos 90 e o final dos anos 2000. Já no Brasil, essa trajetória foi sempre ascendente e mais linear ao longo dos três momentos considerados. Contudo, dados mais recentes da população brasileira revelam que, apesar de ligeiramente superior, o nível de aceitação social da homossexualidade em 2014 estagnou.

Outro aspeto importante a destacar é o papel estruturante de factores sociais e culturais nas atitudes face à homossexualidade nos dois países, nomeadamente, o impacto diferenciador de variáveis como o sexo, a idade, a escolaridade,

a religiosidade e das atitudes face a diferentes modelos familiares. Longe de posições consensuais, as populações dividem-se segundo estes factores. Em geral, e de igual modo nos dois países, as mulheres, os indivíduos pertencentes a gerações mais jovens, com níveis de escolaridade mais elevados e os que não se consideram pessoas religiosas são aqueles que apresentam atitudes mais positivas face à homossexualidade. Por outras palavras, destacam-se por reportar níveis mais elevados de aceitação social da homossexualidade e por revelar uma menor perceção da distância social entre os próprios e indivíduos homossexuais. Já os segmentos sociais mais resistentes à aceitação social da homossexualidade e, portanto, detentores de atitudes menos favoráveis, correspondem aos indivíduos do sexo masculino, pertencentes a gerações mais velhas, com menor nível de escolaridade e que se consideram pessoas religiosas. Em relação à influência das atitudes face a diferentes modelos culturais de família, nomeadamente, em relação ao modelo monoparental feminino, o ideal de modelo bi-parental (como o mais adequado ao bem estar das crianças) e a desinstitucionalização da conjugalidade, verificámos que, em ambos os países, os indivíduos com atitudes mais tradicionais e institucionalizadas da família são aqueles que se manifestam mais resistentes à aceitação social da homossexualidade e que se sentem mais distantes deste grupo social. Neste sentido, constatamos que as atitudes face à homossexualidade são construídas e ancoradas num quadro de atitudes mais gerais face aos modelos familiares e às relações de género. É também no âmbito da diferenciação social da aceitação social da homossexualidade (e não tanto na perceção de distância social), em função destes factores sociodemográficos, que residem algumas diferenças entre Portugal e Brasil. Com efeito, Portugal apresenta as maiores clivagens em função da idade e da religiosidade, no sentido em que os indivíduos com diferentes posições sociais contrastam vincadamente nos seus níveis de aceitação social da homossexualidade. Já no Brasil, essa clivagem é sobretudo expressa na divergência entre homens e mulheres no nível de aceitação da homossexualidade. Estes resultados sugerem que o peso dos vários factores sociodemográficos na formação das atitudes sociais face à homossexualidade é diferente nos dois países.

Em relação ao quadro atual de atitudes face à homossexualidade e ao reconhecimento legal e social do acesso à conjugalidade (casamento civil) e à parentalidade (adopção), fizemos um zoom in na paisagem atitudinal da sociedade portuguesa e da sociedade brasileira em 2014 (os dados representativos mais recentes).

Em Portugal incidimos nas atitudes face às competências parentais de casais homossexuais masculinos e femininos, bem como na opinião dos indivíduos face à legalização do casamento civil e da adoção por casais do mesmo sexo. Longe de consensual, verificámos que estes tópicos dividem a população, mesmo após o reconhecimento legal do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em 2010 e outras medidas legais e políticas promotoras de uma maior igualdade e diversidade sexual, familiar e de género. São, novamente, as mulheres e os indivíduos pertencentes às gerações mais jovens, aqueles que se revelam mais igualitários e abertos à diversidade, manifestando-se favoráveis quer ao reconhecimento das competências parentais de casais homossexuais (masculinos e femininos), quer ao acesso legal ao casamento civil e à adoção por parte de casais do mesmo sexo.

No Brasil, apesar de não conseguirmos captar estas dimensões atitudinais, tivemos acesso aos dados provenientes do WVS de 2014, pelo que analisámos a evolução dos indicadores de aceitação social da homossexualidade e de distância social a indivíduos homossexuais mais recentes. Os dados de 2014 revelam que apesar de a evolução ser positiva, o aumento do nível de aceitação social da homossexualidade não ocorreu de forma tão marcante como nos períodos anteriores (início dos 90, final dos 90, final dos 2000). Também aqui continua a haver um fosso entre gerações e entre homens e mulheres, com as mulheres e os jovens a manifestarem atitudes mais favoráveis à homossexualidade.

Como nota final, importa dizer que este research brief oferece dados sistemáticos relevantes para monitorizar, pensar e desenhar políticas públicas e medidas legislativas que promovam adequadamente uma maior igualdade e que sejam catalisadoras de atitudes sociais mais inclusivas face à diversidade sexual, familiar e de género. Para além do pano de fundo social, histórico e político de cada um destes contextos nacionais, um aspeto comum que sobressai desta análise comparativa é o papel preponderante de fatores estruturais e culturais na construção das atitudes sociais face à homossexualidade na sociedade portuguesa e na sociedade brasileira. Se atendermos que são os mais jovens e os mais escolarizados os mais recetivos aos valores da inclusão e do respeito pela diversidade, não podemos deixar de sublinhar a importância do acesso à escolarização de nível superior, que não pode deixar para trás os homens. A educação consistente das novas gerações para estes valores é, sem dúvida, um dos caminhos a prosseguir no Brasil e em Portugal.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa pós-doutoramento individual da FCT: SFRH/BPD/116958/2016 e da CAPES/Brasil – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no âmbito da bolsa de pós-doutoramento do Programa Professor Visitante no Exterior – Júnior 2017/2018 (Processo nº88881.170370/2018-01)

BIBLIOGRAFIA

Ramos, V., Atalaia, S., & Cunha, V.(2016) Vida familiar e papéis de género: atitudes dos portugueses em 2014. (Research brief 2016, OFAP. Observatório das Famílias e das Políticas da Família). Lisboa: Instituto de Ciências da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://www.observatoriofamilias.ics.ul.pt/index.php/publicacoes/livros/116-vida-familiar-e-papeis-de-genero-atitudes-dos-portugueses-em-2014>

Takács, J., Szalma, I. (2013). How to measure homophobia in an international comparison. *Družboslovne razprave* XXIX (73): 11–42. Disponível em <https://www.dlib.si/details/URN:NBN:SI:DOC-RDQ1RSEH>

OECD (2019). The LGBT challenge: how to better include sexual and gender minorities. Society at a Glance. OECD Social Indicators https://www.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/society-at-a-glance-2019_soc_glance-2019-en

LEGISLAÇÃO

Portugal

Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro. <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/319744/details/normal?q=Decreto-Lei+n.%C2%BA%20400%2F82>

Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/314194/details/maximized>

Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/632906/details/normal?q=Lei+n.%C2%BA%2099%2F2003%2C%20de+27+de+agosto>

Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/539239/details/maximized>

Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/640142/details/maximized>

Lei n.º 60/2009, de 6 de Agosto. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/494016/details/maximized>

Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio. https://dre.pt/pesquisa/-/search/332460/details/normal?p_p_auth=A8KMjiDi

Lei n.º 19/2013, de 21 de Fevereiro. <https://dre.pt/pesquisa/-/search/258498/details/maximized>

Lei n.º 2/2016, de 29 de Fevereiro. https://dre.pt/home/-/dre/73740375/details/maximized?p_auth=S06z3dSx

Lei n.º 58/2017, de 25 de Julho. <https://dre.pt/home/-/dre/107745743/details/maximized>

Brasil

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 132/RJ <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção

da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf

Decreto n.º 7.037, de 21 de Dezembro de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm

Lei n.º 11.340/2006 de 07 de Agosto. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

Portaria Ministério Saúde n.º 1.707/2016, de 23 de Setembro. http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24199733

Projeto de Lei. PL 1151/1995, de 26 de Outubro. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>

Projeto de Lei n.º 672, de 22 de Maio de 2019. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/135191>

Resolução/CD/FNDE n.º 16, de 8 de Abril de 2009.

<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3302-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-16-de-8-de-abril-de-2009>

Resolução n.º 175/CNJ/2013, de 14 de Maio. <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>

Observatório das Famílias e das Políticas de Família

O Observatório das Famílias e das Políticas de Família (OFAP), criado em 2010, é o observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que tem por objetivo aprofundar e divulgar o conhecimento sobre as famílias e as políticas de família na sociedade portuguesa. As duas grandes linhas de atuação são: o acompanhamento da evolução das formas e dinâmicas da vida familiar, assim como do seu impacto nos padrões demográficos; e a monitorização e divulgação da legislação e das políticas de família nacionais.

Neste *research brief* do OFAP propomos um novo olhar, apresentando resultados comparativos sobre a evolução das atitudes sociais face à homossexualidade na sociedade portuguesa e na sociedade brasileira no virar do século XXI. Este estudo baseia-se sobretudo em dados quantitativos recolhidos através de dois grandes inquéritos homólogos aplicados à população residente em Portugal e no Brasil em três momentos entre 1990 e a atualidade: o *EVS – European Values Study* e o *WVS – World Values Survey*. Adicionalmente, recorreremos a outras fontes estatísticas para complementar a pesquisa sobre o panorama atual nos dois países.

Este estudo resulta de uma colaboração científica no âmbito das atividades do OFAP, entre Rita Gouveia, investigadora do ICS-ULisboa, e Liliane Moser, professora da Universidade Federal de Santa Catarina e investigadora visitante no ICS-ULisboa.

As referências bibliográficas contidas neste *Policy Brief* estão disponíveis na versão online

www.ofap.ics.ulisboa.pt

ISBN:978-972-671-562-7



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia
UID/SOC/50013/2019

